

A IDEIA DE UNIVERSIDADE: AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DA ELITE INTELLECTUAL PAULISTA NOS ANOS DE 1920 - 1930.

268

Bruno César Nascimento¹

RESUMO

Os anos de 1920 e 1930 no Brasil ficaram marcados por profundos debates sobre a necessidade latente de reformas no sistema de ensino. Precarizado, excludente e elitista, o sistema educacional brasileiro não contribuía, na visão dos principais pensadores da educação brasileira do período, para o avanço da nação. Dividindo-se basicamente com três frentes de debate, a do Governo Federal, a da Associação Brasileira de Educação e de uma corrente paulista denominada de o “*Grupo do Estado*”, as correntes pedagógicas desse período buscavam cada um a sua maneira, contribuir para a aceleração do processo de modernização do sistema de ensino e inclusão social. Tendo em vista o exposto, esse trabalho visa analisar as perspectivas pedagógicas do denominado “*Grupo do Estado*” e suas principais aspirações.

Palavras-chave: Grupo do Estado. Universidade. Cultura. Política. Elite Paulista

Se em uma perspectiva macro, o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu é a legitimação, por outro grupo ou pela sociedade, de um poder simbólico construído ou adquirido, subjugando assim as estruturas sociais já estabelecidas e tornando essas novas perspectivas estruturantes em poder estruturado, pode-se afirmar que esse é o caso USP. A associação entre os diversos segmentos sociais da época (década de 1920 e 1930) e a constituição de *campos* – intelectual, político e econômico – que permitiram a circulação de indivíduos comuns entre eles é de fato o fator de maior contribuição para a realização e concretização da USP. Alfredo Bosi, no prefácio da obra *A comunhão paulista*, discorre que é exatamente essa ligação múltipla que torna possível a realização de ações complexas, como o caso da criação de uma Universidade em São Paulo:

Poder, idéias, um jornal e uma universidade, tudo se imbrica e se aclara mutuamente quando a análise sabe cortar fundo um momento determinado de nossa história. Saímos da leitura do texto convictos de que os valores nunca se conservam, a longo prazo, anódicos: eles movem os grupos sociais para as lutas bem concretas e a sua força construtiva ou destrutiva não se contém nem se oculta indefinidamente. Os valores, mais cedo ou mais tarde, agem. E, quando lastreados por uma base econômica estável. Reproduzem-se por lapsos de tempo cuja longa duração chega a nos surpreender. (BOSI, 1982, p. 11).

Da campanha pela criação de uma universidade em São Paulo à sua efetiva institucionalização, houve o intermédio e a forte influência de um *campo* para que tal empresa fosse possível, o *campo intelectual*, que no caso paulista, girava em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e da emblemática figura do empresário midiático Júlio de Mesquita Filho. Esse grupo de intelectuais que fizeram utilização do referido jornal como ferramenta de campanha por uma universidade que fosse para além do ensino técnico institucionalizado e que se preocupasse com a alta cultura e um ensino desinteressado, fora inicialmente denominado de o “*Grupo do Estado*”. Esse grupo fora assim denominado por seus membros constitutivos e reconhecido por membros exteriores a ele como sendo possuidor de um grande poder de realização e influência.

Formado principalmente por jornalistas (principalmente do *Estado de S. Paulo*), intelectuais e políticos, começou a ganhar força no início dos anos de 1920, porém, obteve, definitivamente, grande influência a partir da década de 1930, sendo um dos grandes articuladores de dois grandes momentos da história paulista, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a criação da Universidade de São Paulo em 1934.

Constituído por grandes nomes da elite paulista o “*Grupo do Estado*” possuía membros presentes na

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestrando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Bolsista do Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

esfera econômica e intelectual estendendo-se também ao *campo político*. Entre os seus membros estão: Júlio de Mesquita Filho (proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*), Francisco Mesquita (Gerente do Jornal), Nestor Rangel Pestana (redator), Armando de Salles de Oliveira (Presidente do Jornal, cunhado de Júlio de Mesquita Filho e futuro interventor de São Paulo), Plínio Barreto (redator), Paulo Duarte (redator), Léo Vaz (redator), Amadeu Amaral (redator), Vivaldo Coaracy (redator), e Fernando de Azevedo (redator, secretário Geral da Instrução Pública de São Paulo e futuro diretor do Instituto de Educação da USP). Esses eram os principais nomes que atuaram ativamente em atividades do chamado “*Grupo do Estado*”.

O Jornal recebeu, também, apoio e colaboração de grandes personalidades brasileiras, que escreviam de maneira autônoma e contribuía de maneira esporádica com o periódico, entre esses estão: Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Oscar Freire, Paulo Pestana, Arthur Neiva, Rocha Lima, Amadeu Amaral, Adalgiso Pereira e Plínio Barreto. Outros intelectuais de prestígio irão se unir ao projeto do “*Grupo do Estado*” tais como José Veríssimo, Oliveira Lima, Coelho Neto, Sampaio Dória, José Feliciano, Gabriel Prestes e Mário Pinto Serva, sendo esses últimos quatro, juntamente com Fernando de Azevedo, o grupo dos educadores, personalidades de grande prestígio no campo pedagógico brasileiro.

Possuindo uma heterogeneidade constitutiva, estando presente em diversas esferas da comunidade paulista da época e possuindo entre seus colaboradores diversos membros do *campo político* paulista, o jornal e sua elite dirigente, se posicionava de maneira neutra no que se refere a esse segmento, pois segundo Irene Cardoso sendo,

Porta voz da Comunhão Paulista ilustrada, o jornal apresentava-se numa posição de *independência* e *imparcialidade* diante das ações partidárias, pautando seus julgamentos e ações por um “*sistema de princípios*” e, desse modo, integrando-se na continuidade histórica que era característica da Comunhão [...] Como se poderá ver, o “*sistema de princípios*” está embasado em dois temas fundamentais: o liberalismo e a democracia (CARDOSO, 1982, p. 47).

O “*sistema de princípios*” envolve ainda uma série de temas em torno dos quais o jornal assume posições, tais como: sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo (autonomia dos estados e municípios), revolução, reformulação do sistema por via pacífica, diretrizes econômicas, além da educação. (*ibidem*, p. 52)

Como dito anteriormente, apesar de possuir em seus quadros colaborativos membros da elite política, fica claro que as aspirações desse “grupo” estão para além dessa perspectiva. Dotados de um senso de princípios universais e convencidos de que eram os responsáveis por proverem novas perspectivas que levassem a uma evolução cultural brasileira, o “*Grupo do Estado*” tinha em seu cerne uma diretriz fundamental para a realização de suas aspirações: uma Universidade. Tal instituição constitui-se como peça fundamental nesse processo de construção de uma nova elite² dirigente. Formada em um novo e eficaz modelo educacional, e com os olhos voltados não somente para a sociedade paulista, mas para a brasileira. Nessa perspectiva Irene Cardoso afirma que:

O “*Grupo do Estado*” assume a postura de “estado maior intelectual” e dentro desta pretensão constrói um projeto de hegemonia cultural e política, onde a Universidade aparece como condição estratégica. Isto definirá a “marca ideológica” da criação da Universidade de São Paulo. Sistemáticamente invocada em momentos posteriores a sua história. (*ibidem*, p. 53).

Seguindo ainda essa perspectiva de que o “*Grupo do Estado*” possuía uma visão integradora que seria concebida pela educação e de princípios e consciência frente à defasada elite oligárquica política vigente,

2. Entenda elite aqui não como aquela econômica, mas uma nova elite intelectual, embebida nos conceitos de liberdade e democracia, que estaria, e possuiria um conhecimento, acima da elite política existente, que destrói e corrompe o sistema. Uma elite preocupada com a mais alta cultura e bem estar de todos. Uma elite que pudesse por a ciência a serviço da sociedade e do Estado.

Ana Beatriz Maia defende que a visão dessa elite intelectual seguia na seguinte direção:

A formação da “consciência nacional”, ponto chave para a reorganização da sociedade brasileira, passaria pela compreensão dos problemas pelos quais esta passava ao longo dos anos de 1920. Para que houvesse essa compreensão, os liberais paulistas acreditavam no poder de transformação da educação, que por sua vez teria que passar de um estágio deficitário, que aos olhos de Júlio de Mesquita sofria da falta de um sistema de idéias, de princípios e um ideal, para uma etapa na qual uma nova elite pensante, criada sob o rigor do pensamento científico, técnico e metodológico, afastaria do comando da sociedade os elementos da mentalidade tradicional e tornariam membros da classe dirigente, levando a nação rumo ao progresso. (MAIA, 2013, p. 26)

Sendo então a Universidade o ponto central da proposta dessa elite, com vistas a um determinado futuro, cabe salientar que, mesmo sendo alheia ao ideal político em vigência, eles sabiam que dependeriam desse *campo*, especificamente, para tornar real tal proposta, pois almejavam uma universidade pública, estruturada e financiada pelo estado, e para que isso fosse possível seria necessário a influência de seus membros nessa esfera do poder. Tal influência viria a ser exercida, entre os diversos membros do “grupo”, principalmente por três personagens, Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira.

No caso de Júlio de Mesquita Filho a trajetória de debates tendo como pano de fundo o sistema educacional data de um período bem anterior à constituição da comissão responsável pela formulação do projeto da USP em 1933. Iniciada em 1925, a trajetória de Júlio de Mesquita Filho e seu Jornal nos debates educacionais tem início com a forte crítica desenvolvida ao sistema de reformas implementadas pelo Ministro João Luiz Alves, com a Lei 16.782 – A, considerada insatisfatória e insuficiente para atender as demandas do ensino no Brasil.

Posteriormente Júlio de Mesquita Filho retornará as páginas do editorial do Jornal para apresentar e defender, também em 1925, a implantação de um Liceu de Ensino Secundário aos moldes franceses, ou seja, que preparasse o aluno não somente para o ensino técnico, mas também o iniciasse nas práticas da mais alta cultura. Ainda nesse ano Júlio de Mesquita Filho irá publicar o texto *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*, tal editorial vem a público em 15 de novembro de 1925 e apresenta inúmeros pontos, que na visão do autor, contribuem para a crônica crise política pela qual o Brasil vinha passando, entre os problemas está a deficiência do sistema de ensino, principalmente o superior. Ele afirma que,

Reestabelecido o jogo natural das instituições constitucionais pelo advento da opinião pública, restar-nos-ia dar início a construção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas Universidades. Sem o concurso dessa instituição secular a que a humanidade deve o melhor de suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva. Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as directrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de acção. Essa falha lamentável a que devemos attribuir, em última análise, a situação crítica que atravessamos, se evidência na pobreza inacreditável da nossa produção intellectual. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 3)

Ainda nesse texto, Júlio de Mesquita Filho, discorre sobre o real motivo pelo qual a causa da Universidade para o Brasil não é somente necessária como também urgente. Comparando o sistema político brasileiro com o de países como Inglaterra, França, Japão e até mesmo Argentina, o autor justifica que as elites intelectuais desses países contribuem de forma significativa para a compreensão das demandas sociais e para a correta adaptação das ações públicas a essas, minimizando assim, possíveis danos causados por erros de implantação dos projetos institucionalizados, tornando assim as práticas políticas mais harmoniosas às demandas nacionais. No caso brasileiro ele afirma que

Entre nós nada disso existe. Impera em todos os meios alarmante anarquia, sem que se consiga perceber, na inextricável confusão intellectual que se debate a nação, um sistema de ideias, de

princípios, um ideal, em suma, que insulfle o entusiasmo indispensável às realizações coletivas. A reação que esboça contra o regimen oligárchico é a única manifestação palpável da vitalidade nacional. Concretizada no movimento incipiente em torno do voto secreto, ella nos revella o vácuo immenso em que nos arremessou o descaso tradicionalmente votado pelos dirigentes do país ao problema da educação nacional. (*ibidem*).

A denúncia sobre o problema da deficiência intelectual latente no Brasil poderá ainda ser observado no *Manifesto dos Fundadores* da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no ano de 1933. Transcrito parcialmente por Luiz Antônio Cunha dar-se o seguinte destaque:

Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo útil, cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros. (Escola Livre de Sociologia e Política, *apud*, CUNHA, 2007, p. 236)

Outros textos e ações irão surgir visando à ampliação do debate sobre as necessidades do sistema de ensino, entre elas está a encomenda a Fernando de Azevedo de um inquérito sobre a educação pública, isso no ano de 1926. O “*Inquérito*” encomendado para o jornal “*O Estado de S. Paulo*” é publicado em diversas partes ao longo de quatro meses e conta com respostas adquiridas de profissionais da educação de diversos níveis da instrução pública paulista.

O *Inquérito de 1926* ou *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo* traz um retrato da situação do ensino, principalmente primário e secundário com proposições sobre o ensino superior, no estado de São Paulo no ano de 1926. Redigido por Fernando de Azevedo o “*Inquérito*” tinha como principal objetivo fomentar a realização de uma reforma educacional estrutural no estado de São Paulo que se tornasse modelar para o sistema nacional de ensino. Seguindo o modelo proposto por seu pai em 1914, ano que houve a realização e publicação do primeiro inquérito sobre o ensino em São Paulo, Júlio de Mesquita Filho não poderia, segundo José Alfredo Vidigal Pontes (2010, p. 37) “escapar a importância de reunir opiniões de forma organizada e abrangente” tendo em vista os seus objetivos, ainda segundo Carmen Moraes,

Pode-se mesmo afirmar que o “*Inquérito*” de 1926 significa a sistematização da proposta educacional defendida por este setor liberal, traduzida pela primeira vez num plano perfeitamente articulado de ensino voltado para a reconstrução social. (MORAES, 1994, p. 84)

Logo, se é significativa a contribuição de Júlio de Mesquita Filho para o sistema educacional brasileiro, maior ainda é a paixão de Fernando de Azevedo por essa causa. Personalidade de rara singularidade, Fernando de Azevedo graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e atuou a partir de 1923, ano de seu ingresso no jornal “*O Estado de S. Paulo*”, em diversas frentes em defesa da educação e da reforma do sistema de ensino. Durante o período que compôs o “*Grupo do Estado*”, foi de relativa importância para o desenvolvimento e amadurecimento das perspectivas pedagógicas desse grupo. Além de desenvolver suas atividades como redator do jornal, Fernando de Azevedo foi diretor-geral da Instrução Pública do estado de São Paulo por duas vezes (1927 – 1930; 1933), redator da proposta da reforma do ensino do Distrito Federal em 1928, já na USP, foi Diretor do Instituto de Educação, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e chefe do departamento de Sociologia. Ainda no campo político exercerá o cargo de Secretário de Educação e Saúde do estado de São Paulo.

Visto o engajamento de Fernando de Azevedo em proposições com vista ao desenvolvimento, ampliação e modernização do ensino, é certa a escolha realizada por Mesquita Filho desse intelectual para a elaboração e realização do *Inquérito* proposto. Após a produção do *Inquérito de 1926*, outros surgiram possuindo abordagens similares, porém com finalidades diferentes as propostas por Fernando de Azevedo.

Entre essas novas pesquisas vale destacar duas, o *Inquérito da A.B.E de 1928 – O Problema universitário Brasileiro* e o *Inquérito do Rotary Club de São Paulo*.

O “*Inquérito*” produzido pela A.B.E³ em 1928 em muito difere daquele produzido pelo núcleo educacional paulista. O primeiro ponto é o núcleo gerador de um modelo educacional, que no caso da A.B.E tem como centro irradiador de um novo modelo educacional a cidade do Rio de Janeiro e o estudo dirigido por Fernando de Azevedo teria São Paulo como esse agente. Outra diferença entre as duas vertentes é de caráter ideológico, pois o foco da A.B.E estava na nacionalidade, na unidade nacional, na brasilidade, pensamentos considerados de caráter centralizador e por muitos caracterizados como passos para uma vertente autoritária, ao passo que o “*Inquérito*” paulista possuía características liberais, de estudos mais amplos e ampliação do intercâmbio universitário com vistas à formulação de uma cultura mais rica.

O segundo “*Inquérito*”, que seguiu o redigido por Fernando de Azevedo, foi o do Rotary Club de São Paulo. Com o foco principal no ensino superior, essa pesquisa possuía, ao contrário do levantamento produzido pela A.B.E, alinhamento ideológico com o “*grupo do Estado*”, no entanto, não possuirá grande destaque no debate educacional paulista por não possuir relativa homogeneidade no pensamento sobre e como deveria se constituir o ensino superior em São Paulo.

Vale a pena aqui salientar que apesar não terem produzido um inquérito sobre níveis de instrução, havia também nesse debate a perspectiva do governo, que até a década de 1930 investia em um sistema descentralizador, com os estados tomando as suas respectivas iniciativas para resolver seus problemas regionais de ensino, nesse caso não existia uma política nacional de ensino consolidada, e como já citado anteriormente, diversos foram os estados que realizaram a criação de modelos de ensino. Após a década de 1930, com a revolução de Getúlio Vargas, há a criação de uma política nacional de ensino figurada nos decretos também já citados. No entanto essa perspectiva fora encarada até certa medida como molde de uma política centralizadora.

Outra significativa contribuição de Fernando de Azevedo para a educação fora a redação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* datado de 1932. Ao contrário do “*Inquérito*”, que partiu de apontamentos realizados pelos entrevistados sobre os diversos problemas da educação paulista e suas possíveis soluções, nesse ele lançará mão de uma série de diretrizes tendo em vista melhorias significativas no sistema educacional brasileiro. Ele passa a propor soluções em uma perspectiva macro.

Entre as várias proposições estão: algumas das posições que o estado deve tomar em face de precária situação do sistema de ensino e nesse caso ele aponta três mais especificamente, que são: a educação como uma função essencialmente pública; instalação de escolas únicas, ou seja, com padrões pedagógicos mínimos e para todos, sem segregação; e a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. Além de dar destaque às diretrizes do estado, Fernando Azevedo também discorrerá sobre as funções da educação, o processo educativo, plano de reconstrução do ensino, formação de professores e o papel e função social da escola.

O “*Manifesto de 32*” e suas modernas proposições são vistas com entusiasmo pelas principais personalidades do pensamento pedagógico do período, fazendo com que, em sua busca por apoiadores, Fernando Azevedo consiga recolher assinatura de 25 signatários de sua proposta. Entre os adeptos estão

³ Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924, possuía perspectivas nacionais para a educação e estava situada na cidade do Rio de Janeiro.

figuras ilustres como: Anísio Teixeira, Roquette-Pinto, Júlio de Mesquita Filho, Atílio Vivacqua e Cecília Meireles.

Tendo em vista que o “*Manifesto*” fora redigido por um de seus colaboradores mais assíduos, e por caracterizar de maneira clara as aspirações do “*Grupo do Estado*”, o jornal “*O Estado de S. Paulo*” emite, no dia 22 de março de 1932, uma nota de apoio aos ideais e princípios expostos no texto de Fernando de Azevedo, dando destaque aos que possuíam características liberais. Sobre o “*Manifesto*” a nota dizia que:

É um trabalho de fôlego em que o grave problema é analisado sob todos os aspectos e em que se procura, com o máximo cuidado, a solução mais feliz que lhe deve ser dada. Todos os pontos essenciais são examinados, e examinados com proficiência. (O ESTADO DE S. PAULO, 1932, p. 3).

E sobre as adaptações necessárias para que seja possível a obtenção de um ensino público de qualidade, que atenda os anseios da nação, o jornal destaca que o “*Manifesto*” defende princípios como a laicidade do ensino, gratuidade, obrigatoriedade entre outros.

O manifesto reclama para o ensino oficial as características fundamentais da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, e co-educação. São princípios vitoriosos em toda a parte onde a democracia reina. A função educacional, para ser perfeita, exige unidade, autonomia e descentralização. (*ibidem*)

No entanto, a maior contribuição de Fernando de Azevedo, no caso de nossa análise, fora a determinação, no “*Manifesto*”, do conceito de universidade. Ele será um dos primeiros a determinar e defender no Brasil a trindade universitária: ensino, pesquisa e extensão.

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação) [pesquisa], docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) [ensino] e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes. (AZEVEDO, 2010, p. 56)

Por fim, o terceiro componente dessa tríade é o engenheiro e empresário midiático (sócio e presidente do jornal “*O Estado de S. Paulo*”), Armando de Salles Oliveira, uma figura emblemática nesse processo de institucionalização da universidade e central no processo de implementação das perspectivas educacionais do “*Grupo do Estado*”.

Sob sua batuta, toda a produção intelectual produzida pelos colaboradores do “*Grupo do Estado*” tendo em vista o debate educacional, ganhou corpo e espaço. Outra perspectiva que lhe coube fora o do “*sistema de princípios*”, que repudiando o sistema político vigente visava a ampliação do liberalismo e da democracia, que na visão do “*grupo*” passava por um momento crítico.

Diferentemente da perspectiva apolítica do “*Grupo do Estado*”, Armando de Salles era figura ativa no cenário e *campo político* paulista. Filiado ao Partido Democrático e membro da Frente Única Paulista, que coordenará a ação desencadeadora da Revolução Constitucionalista de 1932, Salles, foi exilado politicamente em duas ocasiões, a primeira logo após o término da Revolução de 32 e a seguinte em 1938, após a implementação do Estado Novo, esse último exílio durará até 1945, ano de seu retorno ao Brasil e morte.

Como figura emblemática e de grande articulação política, Armando de Salles de Oliveira, fora indicado, mesmo tendo sido um dos articuladores da Revolução de 32 e estando em exílio, como possível sucessor na interventoria paulista que seria substituída em 1933. Nome de consenso, e um verdadeiro fiel da balança, Armando de Salles é aceito como interventor para o estado de São Paulo visando apaziguar os

ânimos daquela sociedade que vinha, desde o início da Revolução de 30, sentindo-se prejudicada social e economicamente pelo governo de Getúlio Vargas.

Com sua nomeação como interventor federal de São Paulo, no ano de 1933, as aspirações do “*Grupo do Estado*” e as projeções do “*Inquérito de 1926*” puderam ser finalmente postas em prática. Já em 1933 tem início às atividades da Escola Livre de Sociologia e Política; ainda nesse ano é formada a comissão destinada à constituição do projeto da Universidade de São Paulo. Outra prática coordenada por esse interventor durante todo o ano de 1933 é a reorganização e aparelhamento do serviço público paulista que estava totalmente desarticulado após Revolução de 32.

O maior legado do governo de Armando de Salles será a Universidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, dia de comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. Juntamente com o decreto de fundação o Interventor apresenta os motivos e as justificativas para a fundação da referida instituição de ensino, são as considerações:

Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

Considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

Considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

Considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão. (SÃO PAULO, 1934, p. 1)

E seus fins seriam:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres. (*ibidem*)

Analisando as considerações e fins, é possível assistir a franca presença e influência da “*Comunhão Paulista*” e do “*Grupo do Estado*” no decreto de criação da USP, assim como traços do *Inquérito de 1926* e do *Manifesto dos Fundadores de 1932*, traços esses que se justificam pela presença de Fernando de Azevedo, autor dos dois textos, como o redator do projeto da Universidade.

Outras contribuições constituíram-se como primordiais para a constituição e construção da universidade, porém é fato que as desenvolvidas por esses citados são as que merecem maior destaque e possuíram maior efeito no processo final.

O fato é que, para os fundadores e idealizadores da Universidade de São Paulo, essa deveria ter três papéis fundamentais: o primeiro é a formação, por meio do Instituto de Educação – esse papel não caberia à FFCL, de professores, necessários para suprir a crescente demanda do reformado, ensino primário e

secundário brasileiro; o próximo seria formar, esse sim nas bases da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma nova classe dirigente, uma elite⁴ baseada não em princípios econômicos, mas sim intelectuais. Tal formação incutiria nos acadêmicos a preocupação com a reestruturação nacional que, na visão dos fundadores, passava por uma grave crise política e cultural; por fim, o terceiro papel, seria o incentivo à prática da pesquisa, necessária na obtenção de soluções aos problemas da nação, é o que os idealizadores denominam de ensino desinteressado, pois não possui resultados e aplicações técnicas imediatas. Para os membros coordenadores do “*Grupo do Estado*”

A análise da realidade impunha que a questão da direção política e econômica do país fosse claramente enunciada, através da formação de uma elite cultural, de sua educação. Como os liberais da propaganda, os “renovadores” se vêm como um grupo político específico, a “elite intelectual” da nação, enraizada historicamente, herdeira dos ideais mais autênticos da nacionalidade e portadora da única interpretação racional e correta da sociedade, porque alicerçada no saber legítimo proporcionado pela ciência. (MORAES, 1994, p. 83)

Dessa forma, discorrido sobre as personalidades e suas influências, a ação permanente do “*Grupo do Estado*” e do jornal “*O Estado de S. Paulo*”, e da ação direta de influentes políticos, pode-se afirmar que a Universidade de São Paulo é sim fruto das construções realizadas pelo *campo intelectual* e pelo *campo político*, antes mesmo de ser uma afirmação e busca do *campo científico* brasileiro, que segundo relatos dos fundadores passava por um momento mais precário que o sistema educacional do país. Sendo assim é possível afirmar que, no caso paulista, o *campo científico* é antes de tudo uma aspiração do *campo intelectual* pela constituição de uma nova classe de poder, vendo na ciência a capacidade de produzir novas formas de se pensar à política e ações para a nação.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Alfredo. Prefácio. In: CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982.
- MAIA, Ana Beatriz Feltran. **O ensino superior em O Estado de S. Paulo: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947 – 1964)**. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de novembro de 1925. Editorial, p. 3.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A sistematização da política educacional dos “liberais reformadores”: o Inquérito de 1926. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1 – 2, p. 81 – 106, 1994.
- NOTAS E INFORMAÇÕES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 de março de 1932, p. 3.
- AZEVEDO, Fernando. *et al.* **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2010.
- SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 6.283, de 25 de Janeiro de 1934**. São Paulo, 1934. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso em 25.01.2015.

4 A ideia de elite dirigente ligada à de elite intelectual surge com força no “*Jornal O Estado de S. Paulo*” a partir do artigo de Lourenço Filho em 1920. Ele definia elite como sendo, antes de tudo, “a afloração intelectual e moral de uma grande cultura extensa”. Dessa maneira, “em país de ignorantes não pode haver elite”. (MORAES, 1994, p. 86)